

## AMICUS CURIAE NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 928.902 SÃO PAULO

**RELATOR** : MIN. ALEXANDRE DE MORAES  
**RECTE.(S)** : CAIXA ECONOMICA FEDERAL  
**ADV.(A/S)** : ROGÉRIO ALTOBELLI ANTUNES E OUTRO(A/S)  
**RECDO.(A/S)** : MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE  
**PROC.(A/S)(ES)** : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE

Referente à Petição/STF 43.975/2016:

### DECISÃO

Trata-se de pedido de habilitação no processo, na qualidade de *amicus curiae*, apresentado pelo Município de São Paulo.

Os presentes autos foram submetidos à apreciação do Plenário Virtual desta Corte, que, em 1º/4/2016, reconheceu a repercussão geral da matéria ventilada no recurso extraordinário (Tema 884 - “Imunidade tributária recíproca em relação ao IPTU incidente sobre bens imóveis mantidos sob a propriedade fiduciária da Caixa Econômica Federal, mas que não se comunicam com o patrimônio desta, porque integrados ao Programa de Arrendamento Residencial – PAR, criado e mantido pela União, nos termos da Lei 10.188/2001”), sem, contudo, analisar seu mérito naquela ocasião (DJe de 8/4/2016).

É o relatório. Decido.

Na Jurisdição Constitucional brasileira, o relator poderá admitir a manifestação de órgãos ou entidades, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda, a repercussão geral da controvérsia e a representatividade dos postulantes.

Na presente hipótese, o requerente preencheu os requisitos essenciais e, uma vez admitido como *amicus curiae*, sua participação deverá ser a mais ampla possível, pois, juntamente com as audiências públicas, trata-se de instrumento de democratização e maior legitimação da atuação do Supremo Tribunal Federal em sede de jurisdição constitucional, tanto concentrada (ADPF 54/DF, Rel. Min. MARCO

**RE 928902 AMICUS / SP**

AURÉLIO, ADI 4357/ED, Rel. Min. LUIZ FUX), quanto difusa (RE 631053 / DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, RE 566.349/MG, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA), em face de concretizar maior abertura e pluralidade nas discussões, podendo colaborar com pareceres, dados e informações importantes sobre a questão controvertida, bem como acerca dos reflexos de eventual decisão da Suprema Corte

Assim sendo, nos termos dos artigos 21, XVIII, e 323, §3º, do RiSTF c/c 138 do CPC, DEFIRO O PEDIDO DE INGRESSO COMO *AMICUS CURIAE*, no presente recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida.

À Secretaria, para as anotações pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 31 de março de 2017.

**Ministro ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*